Valor Econômico | 04/04/18 | BRASIL

Guardia terá que enfrentar de 'regra de ouro' a Lei Kandir

Por Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, terá no comando da equipe econômica - caso seja confirmado como substituto de Henrique Meirelles - desafios que incluem os imbróglios fiscais do governo, uma negociação com Estados acerca da Lei Kandir e até a análise sobre uma reforma tributária no país, considerando aquela promovida pelos Estados Unidos. Os itens são considerados prioritários pela própria pasta e parte precisa de uma solução já neste mês.

No Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda, publicado ontem, a pasta vê como desafio de "primeira ordem" o "iminente descumprimento da regra de ouro" - norma constitucional que visa impedir endividamento para pagar despesas correntes (como salários de servidores e aposentadorias). Para a Fazenda, há um desequilíbrio "excessivamente elevado" para ser solucionado só com contenção de gastos não obrigatórios ou elevação de tributos. "Isso reitera a necessidade de reformas estruturais que contenham a expansão da despesa obrigatória, assim como reformas que reduzam as renúncias de receitas e a vinculação de tributos a gastos específicos", diz o documento.

Enquanto o problema não é solucionado de maneira definitiva, o pagamento da dívida do BNDES ao Tesouro colabora no cumprimento da norma. Nos bastidores, o governo também trabalha para incluir um crédito especial para suprir a falta de recursos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) a ser enviado ao Congresso - o que, por lei, deve ocorrer até a próxima semana (15 de abril).

Além disso, a pasta vê como prioritária a busca de um acordo com governadores em relação à Lei Kandir - que há mais de 20 anos isentou de ICMS a exportação de produtos industrializados. A lei garante compensações aos Estados afetados, mas desde 2004 o valor deixou de ser fixado e os governadores passaram a ter que negociar o montante anualmente com o Executivo. "O Congresso Nacional tem até agosto de 2018 para editar uma lei complementar regulamentando os repasses de recursos da União", diz o documento da Fazenda.

O ministério cita ainda medidas em avaliação ou que já foram apresentadas e deverão permanecer em destaque. "É necessário trabalhar a contenção de gastos com pessoal, a redução de privilégios, a maior focalização das políticas sociais, a revisão de desonerações tributárias, a redução de subsídios fiscais e tributários a grandes grupos econômicos e outras", diz o relatório do ministério.

O ministério diz trabalhar em aperfeiçoamentos da reforma trabalhista, na aprovação da Lei Geral das Agências Reguladoras, na maior previsibilidade e segurança jurídica acerca do licenciamento ambiental para infraestrutura e em um projeto que muda a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências. "Alterações na estrutura tributária, além de fundamentais para a redução do custo Brasil, tornam-se ainda mais importantes após a aprovação da reforma tributária nos EUA, que gerou mais concorrência por investimentos internacionais, já acirrada pela perspectiva de elevação de juros daquela economia", afirma o ministério.

Em discurso no evento de lançamento do relatório, Guardia defendeu ainda o uso de metas na Fazenda para distribuir recursos. "Queremos usar metas como critério de desempenho para poder distribuir o Orçamento. A secretaria que estiver 'performando' melhor deveria ter prioridade para receber recursos", disse.

FOLHA DE SÃO PAULO | 04/04/18 | MERCADO

Derrotas e concessões políticas vão custar R$ 23 bi para governo

Planalto ê voto vencido em projeto que renegocia dívida de pequenas e médias empresas

Funrurale medida provisória que tributa fundos individuais também vão impor derrotas à gestão Temer

BERNARDO CARAM, ÂNGELA BOLDRINI e MARIANA CARNEIRO - DE BRASÍLIA

O governo deve deixar de receber cerca de R$ 23 bilhões com derrotas e concessões feitas no campo político. O impacto, porém, recairá principalmente sobre os próximos governantes, uma vez que o efeito dessas medidas se dilui por 15 anos.

Por ampla maioria, parlamentares derrubaram o veto de Michel Temer no chamado Refis para as empresas do Simples. Aprovado em dezembro e integralmente vetado por Temer em janeiro, o programa de regularização de dívidas tributárias tem impacto negativo nas receitas de aproximadamente R$ 7,8 bilhões, em 15 anos. O texto agora vai para promulgação.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, explicou que o governo aceitou a derrubada do veto e encontrou uma solução para que o programa não cause impacto fiscal neste ano.

Segundo ele, a promulgação do texto deve ser feita em maio, com mais 90 dias para as empresas aderirem ao programa. O pagamento à vista será parcelado em cinco vezes e o refinanciamento do principal da dívida só começa em 2019. Até lá, o governo deverá colocar no Orçamento a previsão de renúncia tributária, sem impacto negativo em 2018.

O texto aprovado prevê a possibilidade de parcelamento de dívidas vencidas até novembro de 2017, com pagamento de uma entrada de 5% do valor devido. As empresas terão três opções de parcelamento. Na primeira, se a dívida for liquidada integralmente, haverá desconto de 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos.

A segunda opção terá redução de 80% dos juros, 50% das multas e 100% dos encargos no pagamento em até 145 parcelas. Os que pagarem em 175 parcelas terão desconto de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos.

Além da renegociação de dívidas para as empresas do Simples, o governo também aceitou negociar a revisão do veto no Funrural, espécie de Refis para o setor rural que deviam contribuições previdenciárias. As perdas aí chegariam a R$ 10 bilhões.

Por pressão de parlamentares ligados aos produtores, o Planalto aceitou restabelecer o desconto de 100% nos juros e nas multas de

moras que havia sido aprovado no Congresso e rejeitado pelo presidente. "Fomos lá para uma negociação com eles, avisamos "vocês vão perder", disse Tereza Cristina (DEM-MS).

O acordo firmado com o governo previa, porém, a negociação de alguns vetos. Mas o que se concretizou foi a derrubada de todos os vetos do presidente ao texto, ampliando o impacto orçamentário da medida.O governo deve perder noutra frente. A medida provisória que tributa fundos de investimentos individuais exclusivos expira no domingo (8) sem acordo para votação.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicou que a medida deve caducar. "Não tem acordo."

O parlamentar já havia se posicionado contra a MP. Em evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) em março, Maia disse que a medida dá "insegurança jurídica" e "sinal completamente errado" para empresários.

Wellington Roberto (PR-PB), relator da proposta na Câmara, diz que o governo não quis negociar a exclusão da nova regra investimentos já aplicados nos fundos e será derrotado. A proposta valeria em 2019 e geraria R$ 6 bilhões.

O ESTADO DE S. PAULO | 04/04/18 | ECONOMIA

Nova equipe assume e já terá de fixar meta fiscal

Guardia (Fazenda) e Colnago (Planejamento) devem fixar valor abaixo de R$ 159 bilhões

Adriana Fernandes/BRASÍLIA

A nova equipe econômica terá de definir, já na próxima semana, quanto o próximo presidente da República terá de espaço para gastar além da arrecadação com impostos e contribuições no primeiro ano de governo. O valor da meta fiscal será fechado pelos novos titulares da Fazenda e do Planejamento, mas a estratégia é trabalhar com uma previsão "conservadora", sem contar com receitas atípicas. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a expectativa é que a meta fique abaixo do valor indicativo de déficit de R$ 139 bilhões, anunciado em agosto do ano passado. Isso significa que o governo Michel Temer indicou que os gastos devem superar as receitas no ano que vem nesse valor. Para este ano, a meta permite rombo maior, de até R$ 159 bilhões. Os novos ministros vão deixar qualquer decisão mais ousada de política econômica para o governo que sair eleito em outubro.

O presidente eleito tem até o final do ano para negociar com o Congresso mudança nessa previsão para permitir gastos maiores ou menores. Se, por exemplo, resolver acelerar agenda de privatização, o déficit pode ser menor porque, neste caso, entrariam mais receitas extraordinárias. A definição da meta é o primeiro teste de fogo dos futuros ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia. A fixação da meta tem de ser incluída no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que deve ser encaminhado para o Congresso até 15 de abril. O número, porém, ainda está em aberto. Mas é certo que a meta do próximo ano será necessariamente menor do que a deste ano (R$ 159 bilhões). Em 2017, as contas do governo federal fecharam com déficit de R$ 124,4 bilhões.

A definição da meta é sempre um momento tenso para a equipe, porque ela define os rumos da política fiscal. Nos últimos anos, metas ousadas, no sentido de muito rigorosas, tiveram que ser revistas porque as receitas esperadas não ocorreram ou os gastos foram maiores do que o previsto. Perfil. A substituição de Dyogo Oliveira por seu secretário executivo, Esteves Colnago, deve mudar pouco o perfil do Ministério do Planejamento. As diretrizes para o aperto de despesa devem ser intensificadas, segundo apurou a reportagem. No Planejamento, Colnago era responsável pelas medidas de revisão de gastos por meio do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, grupo que definiu as medidas como as revisão do auxíliodoença e do Fies, programa de financiamento estudantil.

O pente-fino deve ser fortalecido. Embora, como Oliveira, apadrinhado pelo senador Romero Jucá (MDB-RR), Colnago tem um perfil ainda mais técnico e discreto do que o atual ministro. Além de fechar a proposta de LDO de 2019, o novo ministro terá de dar uma solução para o impasse em torno da manutenção dos critérios da chamada regra de ouro, que impede o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como salários e aluguéis. Colnago é da carreira do Banco Central e trabalhou muitos anos no Ministério da Fazenda. Desde 2003, foi responsável por medidas do mercado de crédito e de capitais, como a alienação fiduciária, cadastro positivo e certificados de recebíveis imobiliários. Ele terá foco também na agenda de estímulo à infraestrutura.